

**TCU** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**“A NOVA MATRIZ  
ENERGÉTICA BRASILEIRA”**



**A ATUAÇÃO DO TCU NAS QUESTÕES  
RELACIONADAS AO SETOR**

**MINISTRO AUGUSTO NARDES**  
*Brasília, 11 de novembro de 2008*

**OBJETIVO DO SEMINÁRIO:**

- Promover a apresentação de análises, diagnósticos dos problemas enfrentados pelo setor, propostas de solução para as demandas de infra-estrutura energética e cenários futuros para a matriz brasileira, sem olvidar o crescente cuidado com as questões relacionadas ao equilíbrio entre a oferta e demanda, ao meio ambiente, aos desafios para a produção de biocombustíveis e à necessária obtenção das licenças prévias para instalação e operação dos empreendimentos, permitindo ao país se desenvolver de forma sustentável.

## CONTEXTO GERAL E JURÍDICO

\* As competências do controle externo estão estabelecidas na Constituição Federal e na Lei nº 8.443/1992 (LOTUCU):

- 
- “(...) *fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade (...)*”
- MISSÃO: assegurar a efetiva e regular gestão dos
  - recursos públicos, em benefício da sociedade.



## CONTEXTO GERAL E JURÍDICO

▪ \* As atribuições do TCU têm sido ampliadas, a cada ano, por meio de normas específicas:

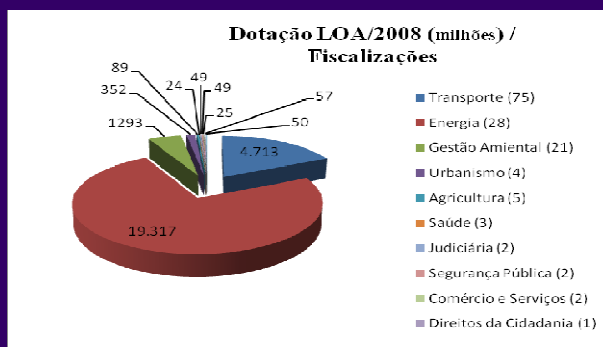
- - Lei de Licitações e Contratos;
- - Lei de Desestatização;
- - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- - Lei de Parceria Público-Privada;
- - LDO e LOA, dentre outras.



## A ATUAÇÃO DO TCU

• Em 2007 o Tribunal fiscalizou mais de 70% dos recursos orçamentários destinados ao setor de energia. Somente os projetos especiais alocados para área de petróleo totalizaram mais de R\$ 13 bilhões.

• Em 2008 foram realizadas 28 fiscalizações na área de energia, totalizando um volume de recursos orçamentários de R\$ 19,3 bilhões, com R\$ 1,8 bilhão destinados ao setor elétrico e R\$ 17 bilhões para petróleo.



## A ATUAÇÃO DO TCU

\* No segundo semestre 2007, o benefício financeiro das ações de controle do TCU atingiu o montante de R\$ 5,2 bilhões, significando que para cada R\$ 1,00 do orçamento da União destinado ao Tribunal, o retorno para o país foi de R\$ 21,85.

\* No primeiro semestre de 2008, as fiscalizações efetuadas pelo TCU no setor proporcionarão, nos próximos cinco anos, economia de R\$ 3,7 bilhões ao erário e aos consumidores de energia elétrica.



## A ATUAÇÃO DO TCU

FISCALIZAÇÃO	REC. ORÇAMENTÁRIOS
Gasoduto URUCU/COARI/MANAUS	R\$ 3 bilhões
Sistemas de produção de óleo e gás (Sudeste)	R\$ 2,8 bilhões
Plataformas de petróleo P-55, P-56 e P-57	R\$ 1,2 bilhão
Linha de transmissão para UHE Tucuruí	R\$ 40 milhões
Usina Termonuclear Angra III	R\$ 248 milhões
Usina Termelétrica Candiota/RS	R\$ 542 milhões
Modernização da Refinaria Pres. Getúlio Vargas *	R\$ 1,2 bilhão
Modernização da Refinaria Duque de Caxias *	R\$ 1,4 bilhão

\* As obras de modernização das refinarias permitirão à Petrobrás produzir combustíveis de melhor qualidade e menor teor de enxofre, atendendo a níveis internacionais de emissão de poluentes.



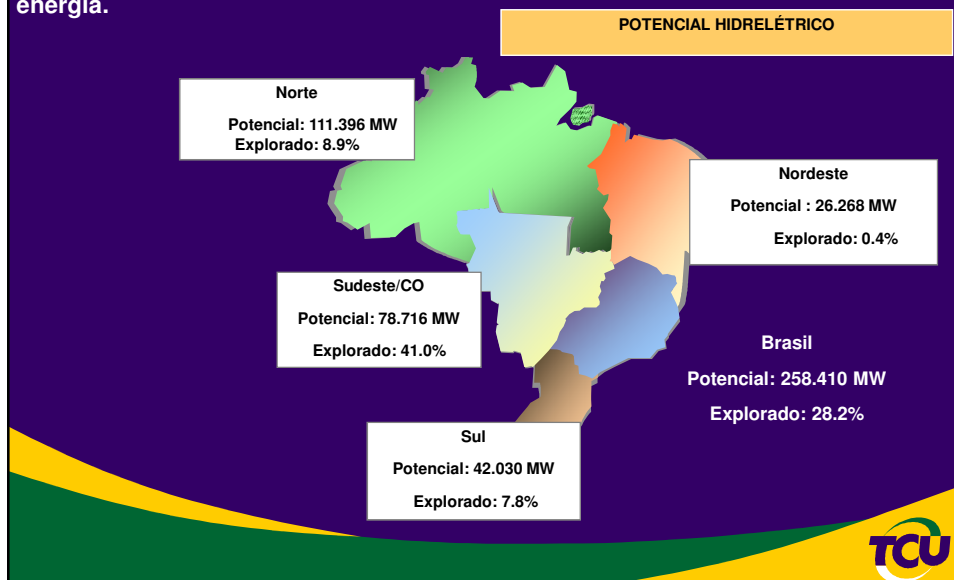
## A ATUAÇÃO DO TCU

\* Os Ministros e técnicos do Tribunal têm acompanhado, por meio de fiscalizações e inspeções in loco, as obras e instalações do setor energético, dentre as quais ressalto o parque de hidroeletricidade, a usina nuclear de Angra III, as plataformas da Petrobras e o gasoduto Urucu/Coari/Manaus.



**ACÓRDÃO 2.164/2008 – PLENÁRIO :****AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE A EXPANSÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA.**

Segundo o MME, somente 28% do potencial hidrelétrico do Brasil foi explorado. Há, no país, uma margem ampla para utilizar os recursos hídricos para gerar energia.

**ACÓRDÃO 2.164/2008 – PLENÁRIO :****AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE A EXPANSÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA.**

A predominância das hidrelétricas na matriz energética gera vantagens quanto ao meio-ambiente e ao valor da tarifa cobrada dos usuários, em razão de três motivos principais:

- a) o combustível utilizado na maioria das termelétricas é de origem fóssil e finito. A água, utilizada na geração hidrelétrica, é renovável;
  - b) as termelétricas emitem volumes consideráveis de gases que provocam efeito estufa. As hidrelétricas não provocam tal impacto, embora inundem áreas de magnitudes diversas, o que gera impactos variados no meio ambiente;
  - c) via de regra, o custo de geração das hidrelétricas é inferior ao das termelétricas.
- TCU

**ACÓRDÃO 2.164/2008 – PLENÁRIO :  
AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE A EXPANSÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA.**

- \* Na auditoria, buscou-se verificar se o planejamento do setor elétrico é adequado no que diz respeito aos aspectos ambientais e se o próprio licenciamento ambiental é eficiente.
- \* Verificou-se que a oferta de energia hidrelétrica nos leilões de energia nova é significativamente afetada pela reduzida quantidade de empreendimentos aptos a serem licitados, em razão da carência de estudos de viabilidade suficientemente desenvolvidos para serem submetidos ao processo de licenciamento ambiental.
- \* Problemas detectados nos processos de licenciamento ambiental:
  - - baixa qualidade dos estudos apresentados ao Ibama, descumprimento de prazos legais, deficiências na gestão e duplicidade de esforços na elaboração dos estudos técnicos, econômicos e ambientais, dentre outros.



**ACÓRDÃO 2.164/2008 – PLENÁRIO :  
AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE A EXPANSÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA.**

- \* *Avanços verificados no Governo Federal:*
  - retomada do planejamento do setor elétrico, por meio da Empresa de Pesquisa Energética;
  - normatização do licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos, por meio da Instrução Normativa Ibama nº 65/2005;
  - diversas ações empreendidas pelo Ministério do Meio Ambiente visando melhorar o desempenho do licenciamento ambiental.
- \* Há, entretanto, necessidade de aprimorar os processos relacionados com a implantação da matriz elétrica brasileira na forma estipulada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica e pelas demais políticas públicas, com destaque para a Política Nacional de Meio Ambiente.



### **Energia Elétrica: Avaliação do TCU.**

- As fiscalizações realizadas nas mais de 60 distribuidoras de energia já revelaram que, por ano, há uma evasão de cerca de R\$ 10 bilhões em impostos sobre o consumo, seja por furto, falha operacional ou ausência de medição, onerando as contas dos consumidores em cerca de 5 %.
- Os gastos com manutenção e qualidade dos equipamentos de transmissão e distribuição de energia são aquém das necessidades.
- As concessionárias ainda se utilizam de tecnologia defasada, com medidores analógicos ao invés dos eletrônicos, que são mais eficientes e têm menor risco de fraudes. Com isso, as perdas de energia em 2007 atingiram o montante estimado de R\$ 4,7 bilhões.
- O prejuízo causado pelas perdas de energia em 2007 possibilitaria abastecer, juntos, por um ano, os estados de MG, CE, BA e PE.



### **Energia Elétrica: Avaliação do TCU.**

- No primeiro ciclo de revisão tarifária (2003) os prejuízos foram repassados aos consumidores. No segundo ciclo (2007), o TCU verificou que parte das medidas para combater e regular as fraudes deixou de ser implementada.
- Algumas companhias estaduais de energia vêm se apropriando de ganhos de receita em razão do aumento da demanda, sem redução de tarifas ou melhoria dos serviços aos consumidores.
- A ANEEL reconheceu as falhas por ineficiência na gestão e o TCU determinou à agência a adoção de medidas para mitigar o problema, recomendou o estabelecimento de níveis aceitáveis de perdas técnicas por meio da comparação entre as distribuidoras e a definição de uma trajetória descendente de prejuízos.
- Determinação à ANEEL para rever a metodologia de reajuste tarifário, pois as falhas verificadas têm causado prejuízos da ordem de R\$ 1 bilhão por ano para os usuários. (Acórdãos nº 2210/2008-Plenário e 2211/2008-Plenário.)



## **Energia Elétrica: Avaliação do TCU.**

- Os prejuízos para a sociedade podem advir, além do modelo tarifário excessivamente oneroso, de deficiências nos critérios de enquadramento dos consumidores com isenção de tarifa (tarifa social), considerados de baixa renda, sendo 78 % dos beneficiados com limite de gasto mensal de até 80 Kwh.

- 50 % desses consumidores, muitos deles proprietários de imóveis mantidos para o lazer e que permanecem ociosos a maior parte do ano, estão recebendo o benefício indevidamente, gerando desperdício ao país de aproximadamente R\$ 382 milhões/ano.

- O TCU determinou ao Ministério de Minas e Energia a revisão dos critérios para a concessão do benefício. (Acórdão nº 1.103/2008-Plenário) .

- As fiscalizações realizadas pelo TCU nos leilões das Unidades Hidrelétricas resultaram em diminuições nos preços-teto por MWh e expressivos deságios (média de 45 % entre 2003-2007), atendendo ao princípio da modicidade tarifária e evidenciando as imprecisões nas estimativas dos investimentos em infra-estrutura.

Ex: Diminuição de R\$ 8,00 no preço por MWh para a UHE de Santo Antônio e de até R\$ 6,00 para a UHE de Jirau.



## **Carvão mineral e outras fontes de energia**

\* **Destaque para o Congresso Nacional:** criação das Frentes Parlamentares dos Estados e Municípios Produtores de Petróleo, Pró-Biocombustíveis e de Defesa do Carvão Mineral.

\* A diversificação da matriz deve considerar também o carvão como alternativa de desenvolvimento, assim como a biomassa e a energia eólica. O setor é importante na geração de emprego e renda.

\* As Frentes Parlamentares já apresentaram reivindicações ao governo, como projetos de pesquisa geológica para inventário de combustíveis fósseis, busca de novas reservas, política tributária para a compra de bens de base e linhas de financiamento do BNDES.

Ex: Usina Termelétrica de Candiota/RS (com 350 MW), empreendimento de R\$ 1,2 bilhão (PAC), podendo abastecer uma cidade com 1 milhão de habitantes.



### **Regulação: Ações do TCU.**

- Auditoria sobre a universalização do acesso a energia elétrica.
- Auditorias operacionais nas agências para verificar a regulação dos contratos (desde 1999).
- Controle concomitante, feito em estágios, das outorgas de concessão para o setor, permitindo a correção tempestiva de eventuais irregularidades e inconsistências. (Ex: No 1º Estágio são avaliados os estudos de viabilidade técnica e econômica, bem assim os estudos de impactos ambientais).
- Visão sistêmica da atividade de regulação e interação com os órgãos representativos dos consumidores.
- Acompanhamento das outorgas de novas concessões e das revisões tarifárias periódicas nos contratos de concessão dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica (IN TCU 43/2002).
- O TCU verificou inadequações na metodologia de orçamentação empregada pela Aneel na determinação dos valores-teto para aceitabilidade das propostas nos leilões (Receita Anual Permitida) e recomendou a conclusão de um banco de dados referencial (Custo Padrão Aneel).



### **Petróleo: Acórdão nº 1.283/2008 – Plenário.**

- Aprovação do 1º, 2º e 3º estágios da 9ª rodada de licitações de outorga de concessão para exploração e produção de petróleo e gás, realizada pela ANP, tendo como objeto áreas com bacias de elevado potencial de descobertas, áreas em bacias de novas fronteiras tecnológicas e áreas em bacias maduras.
- Foram licitados 313 blocos exploratórios concentrados em 20 setores e 9 bacias sedimentares: Campos, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Santos, Reconcavo e Rio do Peixe.
- Constatou-se evolução na metodologia de cálculo do 1º estágio, em razão da inserção de critérios mais objetivos na valoração e maximização das quantias mínimas a serem revertidas aos cofres públicos, a título de compensação financeira pelas concessões, de modo a minimizar erros e a reduzir possíveis prejuízos advindos de valores subestimados das áreas licitadas.
- O processo resultou em um total de bônus ofertado de R\$ 2,1 bilhões, o maior de todas as rodadas já realizadas, superando as expectativas da agência.



## **Seminário “A Nova Matriz Energética Brasileira”**

\* Os desafios relacionados à melhoria e aperfeiçoamento do setor de energia são grandes e exigem uma atuação firme e resoluta, com planejamento, melhorias no desempenho das agências reguladoras, das geradoras, distribuidoras e, principalmente, aumento dos investimentos, de forma a permitir a expansão da oferta de energia e a diversificação da matriz, com uso de fontes renováveis, mais eficientes no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, menos onerosas e que degradem menos o meio ambiente.

\*\* A atuação desta Corte tem sido pautada pela constante preocupação em oferecer respostas à demandas da sociedade, que exige e reclama melhores serviços, respeito ao princípio da modicidade tarifária, mitigação dos desperdícios, além de eficiência e economicidade nos gastos públicos.



***F I M !***

